



DF: feijão transgênico provoca divergência entre Consea e CTNBio

Brasília/DF O cultivo de alimentos transgênicos divide o governo e coloca em lados opostos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), ligado à Presidência da República, e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A liberação da venda do feijão GM Embrapa 5.1 expôs a divergência entre os dois órgãos. Em carta enviada à presidenta Dilma Rousseff durante o processo de liberação do feijão geneticamente modificado (Exposição de Motivos nº 009-2011, de 7 de julho), o presidente do Consea, Renato Sérgio Jamil Maluf, afirma que o Brasil “não tem respeitado o princípio da precaução, base fundamental da Agenda 21, em suas decisões referentes a temas de biossegurança”. Segundo Maluf, o Consea avalia que é preciso adequar as políticas de biossegurança aos preceitos da Conferência Rio 92 e avalia como “escassa” a análise genética e os estudos de campo em Goiás, Minas Gerais e no Paraná. O presidente do conselho pediu a proibição da liberação do feijão transgênico e fez duras críticas à CTNBio, solicitando “especial atenção” de Dilma Rousseff às liberações comerciais do órgão. “Percebe-se que a referida comissão assumiu um caráter de entidade facilitadora das liberações de OGMs [organismos geneticamente modificados] no Brasil, em situação que rotineiramente contraria os votos e despreza argumentos apresentados pelos representantes da agricultura familiar, dos consumidores, dos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário”. A carta do Consea a Dilma fez com que o presidente da CTNBio, Edilson Paiva, enviasse ofício (nº 786, de 2 de agosto) ao ministro Aloizio Mercadante (Ciência, Tecnologia e Inovação) e criticasse o conselho pela visão “obscurantista”. Paiva ressalta que a CTNBio cumpre as regras internacionais, como a Codex Alimentarius da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a legislação brasileira sobre biossegurança.

Edilson Paiva enfatiza o rigor das avaliações na CTNBio. Segundo ele, a liberação comercial do feijão geneticamente modificado (ainda em análise naquela época) se basearia em documentação “bastante robusta” (500 páginas), em testes de “toxicidade e alergenicidade”, que tiveram resultados negativos, e em parecer de especialista independente apresentado em audiência pública. O presidente da CTNBio enfatizou que a produção de OGMs pela Embrapa levou “uma dezena de anos” e envolveu “quase uma centena de pesquisadores”. No ofício, Paiva ainda pergunta “qual a perda para os agricultores brasileiros se deixarmos que o vírus afete a produtividade do feijão? Como este prejuízo se compara com os alegados e não comprovados potenciais danos à saúde ou ao ambiente?”. O feijão transgênico foi liberado em 15 de setembro após controvérsia dentro do governo. O assunto poderá voltar à discussão pública durante a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorrerá em Salvador (BA) entre 7 e 10 de novembro. Documento de referência para a preparação do evento aponta que “o agronegócio empresarial (...) expande um modelo frágil e insustentável que faz uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, liberados por meio de processos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e repetidamente questionados pela sociedade civil. Esse pacote tecnológico faz do Brasil o maior mercado de agrotóxicos do mundo. Os reflexos disso são manifestos nos registros de intoxicação de trabalhadores e na contaminação do solo, do ar (e conseqüentemente da água da chuva), das nascentes e dos aquíferos”. Na opinião do presidente da CTNBio, “o contraditório é bom”, mas a polêmica já se alonga por muito tempo. “São 16 anos em que se utilizam os mesmos argumentos, enquanto hoje no mundo se utilizam milhões e milhões de toneladas de grãos transgênicos na alimentação humana no mundo inteiro e até hoje não há único caso provado cientificamente de que isso possa ter causado qualquer mal”, reclama Edilson Paiva. A Agência Brasil entrou em contato com o Consea para entrevistar Renato Maluf, mas não obteve resposta. A reportagem também tentou a entrevista por meio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde Maluf é professor do Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, e não conseguiu retorno. Feijão brasileiro esvazia críticas contra transgênicos, avalia pesquisador da Embrapa A liberação comercial da semente de feijão, do tipo cariquinho, geneticamente modificado e desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) esvaziou o discurso dos opositores aos transgênicos, opina o pesquisador da estatal Francisco Aragão. “Durante muitos anos, as pessoas que são contra essa tecnologia sempre

disseram que é uma tecnologia para grandes produtores, para commodities [produtos básicos de comercialização no mercado financeiro], e feita apenas por empresas multinacionais. O feijão mostra que não é isso, mas uma tecnologia para os programas de melhoramento, até para subsistência”, assinala Aragão. O feijão GM Embrapa 5.1 é resistente ao vírus do mosaico dourado (transmitido por um inseto popularmente conhecido como mosca-branca), principal praga que ataca a cultura no Brasil e na América do Sul. Segundo o pesquisador, o organismo geneticamente modificado (OGM) “terá repercussão mais forte entre os pequenos produtores”, responsáveis por sete de cada dez grãos de feijão produzidos no Brasil e sem recursos para fazer o controle químico do vetor que transmite o vírus. “O pequeno agricultor vai deixar de jogar veneno, vai deixar de se intoxicar e de poluir o meio ambiente”, complementa o presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Edilson Paiva. Segundo ele, a “Embrapa é uma das poucas empresas públicas no mundo que podem enfrentar a concorrência de multinacionais”, diz se referindo às empresas norte-americanas Monsanto e Pioneer, à DuPont (de capital francês), à suíça Syngenta e às empresas alemãs Basf e Bayer. Diferentemente das grandes companhias, a Embrapa não cobra royalties das suas sementes. O Brasil é um dos maiores importadores de feijão do mundo, compra da Argentina, da Bolívia e da China. Segundo Francisco Aragão, a Argentina já demonstrou interesse pela semente desenvolvida pela Embrapa. Aragão salienta que a semente ainda não está disponível para a comercialização, pois é preciso fazer o registro da variedade no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o que depende de “novos ensaios” (testes). Na avaliação do pesquisador do Laboratório de Engenharia Ecológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) José Maria Ferraz, as avaliações sobre o feijão e os eventuais efeitos do consumo não são suficientes. Segundo ele, foram feitos testes apenas com dez animais (ratos) por 35 dias. “É um número insignificante, nenhuma revista do mundo aceitaria um artigo para a publicação com o número pequeno assim”, reclama Ferraz que é pesquisador aposentado da Embrapa, e membro da CTNBio. O presidente da CTNBio assegura que o feijão da Embrapa não traz riscos. Segundo Edilson Paiva, o transgênico “tem exatamente as mesmas proteínas e as mesmas concentrações médias de nutrientes que o feijão convencional”. Para ativistas, liberação de transgênicos ignora princípio da precaução e não há certeza sobre riscos. Apesar do avanço tecnológico festejado pelo mercado e por parte da comunidade científica, os produtos transgênicos para consumo humano são vistos com ressalvas por ambientalistas e por ativistas da segurança alimentar. A avaliação é a de que não se conhecem todos os riscos e de que, na dúvida, deveria prevalecer o “princípio da precaução”. “A gente não é contra os transgênicos, mas contra a forma como estão sendo liberados: sem diagnósticos complementares. Faltam estudos independentes”, aponta José Maria Ferraz, ex-pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), e pesquisador do Laboratório de Engenharia Ecológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O site do Greenpeace, tradicional adversário da tecnologia, acrescenta que “não existe consenso na comunidade científica sobre a segurança dos transgênicos para a saúde humana e o meio ambiente”.

Segundo a ONG, “testes de médio e longo prazo, em cobaias e em seres humanos, não são feitos, e geralmente são repudiados pelas empresas de transgênicos”. Apesar das críticas, o Greenpeace abandonou a campanha contra os transgênicos. “A gente não tem perna para resolver tudo que é guerra na arena ambiental”, disse à Agência Brasil o ex-coordenador da campanha, Iran Magno, que não deixou a reportagem gravar a entrevista. Magno teme que o uso de sementes na lavoura possa gerar o desenvolvimento de “superervas” que exijam mais agrotóxico, e que o insumo possa fazer mal à saúde humana e ao meio ambiente. Esse ponto é ressaltado também por Gabriel Bianconi Fernandes, da organização não governamental (ONG) especializada em segurança alimentar AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Segundo ele, já há, por exemplo, oito espécies de plantas daninhas resistentes ao glifosato (ingrediente ativo de herbicida usado em lavouras de um tipo de soja geneticamente modificada). O presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Edilson Paiva, garante que as sementes transgênicas são “tão seguras quanto a versão convencional” e que a aprovação na comissão, conforme previsto em lei, é extremamente rigorosa e analisa “caso a caso”. “Aprovar um OGM [organismo geneticamente modificado] é extremamente difícil e extremamente caro por causa de tantas exigências que são feitas.” Ele lembra que o processo de liberação não é imediato e pode levar 12 anos. “Para começar a trabalhar com engenharia genética, tem que ter um certificado de qualidade e biossegurança da CTNBio. Isso no começo da pesquisa em condições de contenção, laboratório ou casa de vegetação. Depois vai ter que ter a liberação planejada no meio ambiente”. A autorização comercial só ocorre depois da avaliação dessas fases. O coordenador admite que “existem controvérsias” sobre os transgênicos, mas argumenta que “há aqueles que querem viver sob risco zero, segurança absoluta e fomentam o medo e a incerteza. Isso faz parte da democracia. O tempo é o melhor juízo para dizer se a coisa é certa ou não”. Vantagem da lavoura de transgênico está no manejo, diz agrônomo De acordo com

a consultoria Céleres, 82,7% da soja cultivada no Brasil já são transgênicas (dado de agosto). Na safra de milho colhida no inverno deste ano (chamada safrinha, de fevereiro a junho) os transgênicos chegaram a 80,4% da produção; e o algodão geneticamente modificado corresponde a 40%. Segundo o agrônomo Jorge Attie, analista de biotecnologia na Céleres, a elevada aceitação de organismos geneticamente modificados (OGMs) pelos produtores tem a ver com a economia de gastos e facilidade de manejo. “O produtor enxerga economia de aplicações em herbicidas e inseticidas. Ele substitui herbicidas por um só, o que facilita o manejo”, por isso o agricultor brasileiro, “nunca restringiu a produção do transgênico”. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, concorda e acrescenta que “a transgenia é uma ferramenta para aumentar a produção e para aumentar o tamanho das nossas safras”. Segundo ele, o aumento da produtividade no campo e a inclusão de novas áreas para plantio dependem da tecnologia. “Temos que considerar que vamos ter de ocupar áreas não tradicionalmente agricultáveis, áreas que tenham um índice de chuvas menor; áreas não agricultáveis, menores, menos herbicidas”. Na opinião de Marcio de Castro Silva Filho, do Departamento de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), além do manejo e da produtividade, os transgênicos trazem vantagens para o meio ambiente. “Foram introduzidos nas plantas genes que as tornam tolerantes a moléculas de alguns herbicidas de classe toxicológica menos agressiva. Você passa a usar herbicidas que são menos agressivos ao meio ambiente e ao homem”, explica. O presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Edilson Paiva, concorda com a avaliação. “Quem pensa em meio ambiente e produção de maneira sustentável vê que não há possibilidade de não usar esse tipo de tecnologia”. Apesar da grande aceitação na lavoura, o uso de OGMs não tem unanimidade. Para o pesquisador do Laboratório de Engenharia Ecológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) José Maria Ferraz, os riscos “não valem a pena” uma vez que os transgênicos podem “reduzir a diversidade de alimentos”. Além disso, “tenta se vender vantagem que já existe na natureza”, disse se referindo às sementes que podem ser enriquecidas com nutrientes.

Gabriel Bianconi Fernandes, de uma organização não governamental (ONG) especializada em segurança alimentar AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, faz coro com Ferraz e diz que a expansão das lavouras transgênicas tem a ver com estratégias do mercado. “As sementes de transgênicos são fornecidas pelas mesmas empresas fornecedoras de sementes convencionais. À medida que elas vão lançando as transgênicas, vão tirando as convencionais do mercado”, apontou ao dizer que as sementes geneticamente modificadas são feitas para resistir aos agrotóxicos fabricados pelas empresas. “As empresas conseguem fazer venda casada”, aponta. Polêmicas à parte, a projeção da consultoria Céleres é a de que as lavouras de soja geneticamente modificada cheguem a 30,4 milhões de hectares na safra 2019/2020 (hoje a extensão é 16,4 milhões de hectares). A área de milho passará no mesmo período de 4,3 milhões de hectares para 13,3 milhões de hectares. O algodão terá proporcionalmente a maior expansão: dos atuais 131 mil hectares para 2,1 milhões. Atualmente, no Brasil, há cinco tipos de soja transgênica autorizados comercialmente pela CTNBio, 18 tipos de milho, nove tipos de algodão, um tipo de feijão, além de 14 vacinas e um micro-organismo (levedura). Indústria ainda não cumpre obrigação de rotulagem de transgênicos Defensores de direitos de consumidores e ambientalistas afirmam que a indústria de alimentos ainda não está cumprindo a lei que determina a especificação em rótulo informando os consumidores sobre a presença de ingredientes produzidos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs). O símbolo, que deveria constar em qualquer alimento com mais de 1% de origem transgênica, é um “T” de cor preta sobre um fundo amarelo em formato de triângulo (semelhante a uma placa de trânsito). “Falta informação nesse sentido”, aponta a especialista da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo, Andrea Benedetto Arantes. “O consumidor tem o direito de escolher”, ressalta o ex-coordenador da campanha contra os transgênicos do Greenpeace, Iran Magno. “A informação é extremamente relevante neste caso por uma questão de saúde pública”, alerta Juliana Ferreira, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). “Infelizmente, se a rotulagem não é feita adequadamente, não há meios de o consumidor saber, ficando tolhido em seu direito de escolha e de ser adequada e claramente informado”, aponta a advogada. Em março deste ano, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça e os órgãos estaduais de defesa do consumidor da Bahia, de Mato Grosso e São Paulo identificaram dez produtos (entre bolos recheados, biscoitos, barras de cereais e misturas para panquecas) com ingredientes transgênicos, mas sem a devida rotulagem. Processo administrativo está correndo no DPDC, onde há duas instâncias de tramitação (inclui recurso) e direito de contraditório e de defesa dos fabricantes.

A regra, definida pelo Decreto nº 4.680/2003, estabelece que “tanto nos produtos embalados como nos vendidos a granel ou in natura, o rótulo da embalagem ou do recipiente em que estão contidos deverá constar, em destaque, no painel principal e em conjunto (...) uma das seguintes expressões, dependendo

do caso: (nome do produto) transgênico, contém (nome do ingrediente ou ingredientes) transgênico(s) ou produto produzido a partir de (nome do produto) transgênico”. O decreto ainda determina o detalhamento sobre a espécie de doadora do gene no local reservado para a identificação dos ingredientes. A norma vale para produtos de origem vegetal e para produtos de origem animal se alimentados com ração transgênica. O decreto prevê que notas e recibos também informem sobre a transgenia no caso da soja.” As expressões pode conter soja transgênica e pode conter ingrediente produzido a partir de soja transgênica deverão, conforme o caso, constar no rótulo, bem como da documentação fiscal, dos produtos (...), independentemente do percentual da presença de soja transgênica”. Para Gabriel Bianconi Fernandes, da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, é preciso que toda a cadeia produtiva esteja segregada, ou seja, o cultivo dos alimentos, o transporte, o armazenamento e a indústria tratem separadamente alimentos de origem transgênica e alimentos convencionais. “A não existência de uma estrutura adequada de segregação é um desestímulo para aquele produtor que está lutando para manter a lavoura da soja convencional, porque, se não misturar na lavoura, vai misturar no caminhão ou no silo.

Isso ajuda a explicar o porquê da adoção tão grande da semente transgênica”, avalia Fernandes. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, diz que “o consumidor deve ser respeitado de todas as formas” e que “por parte do produtor, não há dificuldade nenhuma em identificar os transgênicos. Isso está dentro do trabalho do dia a dia”. Segundo ele, é possível reconhecer um grão de soja modificado em meio a 500 não modificados. Edilson Paiva, presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), pondera que o Brasil é “o único país que rotula transgênicos”. Para ele, “lei se obedece, mas em um futuro próximo vai ter que mudar. Se eu fosse rotular, eu rotularia o não transgênico é que vai virar exceção”, sugere. Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 4.148/2008, do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), propõe que “aos alimentos que não contenham organismos geneticamente modificados será facultada a rotulagem livre de transgênicos, desde que tenham similares transgênicos no mercado brasileiro e comprovada a total ausência no alimento de organismos geneticamente modificados, por meio de análise específica”. O PL aguarda desde maio para ir à votação. Segundo orientação da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo, o consumidor deve ler os ingredientes do alimento industrial que está comprando e verificar a presença do símbolo dos transgênicos nos rótulos. Caso fique em dúvida, ou tenha alguma reclamação a fazer, deve acionar os órgãos de defesa do consumidor do estado (Procon), órgãos da agricultura (por exemplo, a secretaria) e os órgãos de vigilância sanitária.